

Brasília, 21 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Jornal da Ciência - SBPC

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | Propriedade Industrial

Posicionamento das Entidades Signatárias Contra Alterações na Lei de Patentes Pr... .. 3

Metrópoles Online

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Entenda a polêmica em torno do PL que amplia prazo de patentes no Brasil 4

Migalhas

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Posso usar música no Instagram? O que diz o direito autoral 5

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Propriedade Industrial

CIDE-Tecnologia e os Direitos Autorais: O drama tributário do setor 12

Terra - Notícias

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Direitos Autorais

STF pauta recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big techs 16

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 21 de maio de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

iFood processa Keeta e pede indenização de R\$ 1 milhão por concorrência desleal 17

O Globo Online

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Ricardo Darín faz apelo e lidera campanha para regular IA no cinema: 'Não podem j... .. 19

Veja.com

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patentes viram foco de tensão entre diferentes entidades e deputados 21

Revista Globo Rural Online

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Frescal de São Joaquim conquista Indicação Geográfica 22

NSC Total

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Carne típica de cidade de SC é reconhecido como patrimônio e ganha selo de indic... .. 23

Posicionamento das Entidades Signatárias Contra Alterações na Lei de Patentes Previstas no PLP 32/2026



No documento, as instituições, dentre elas a SBPC, afirmam que modificações sugeridas no PLP 32/2026 podem afetar consideravelmente a segurança jurídica, o ambiente de inovação, a competitividade de setores produtivos e o desenvolvimento científico e tecnológico do País

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e demais entidades do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I;) brasileiro divulgaram nota de posicionamento contra alterações na Lei de **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/1996) por meio do PLP 32/2026 e seu substantivo. No documento, as signatárias manifestam preocupação e posição contrária às mudanças previstas "diante dos potenciais impactos sobre a segurança jurídica, o ambiente de inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a competitividade dos setores produtivos estratégicos e a capacidade do Brasil de atrair investimentos e promover acesso à inovação".

Ainda no documento, as entidades afirmam que "as alterações constantes do projeto podem gerar impactos negativos para o país, comprometendo políticas essenciais que historicamente contribuíram para a sustentabilidade do orçamento público, para

a segurança e competitividade da produção agropecuária nacional e para ampliar o acesso da população a tratamentos de saúde e inovações".

A nota ressalta também que tais proposições violam decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) via ADI 5529/DF, de 2021, "que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da Lei nº 9.279/1996".

Nas considerações finais do texto, as entidades afirmam que "a aprovação do PLP 32/2026 representa risco concreto de reintrodução de mecanismos de extensão indevida da vigência patentária, criando incentivos a estratégias dilatórias que postergam a entrada de concorrentes e ampliam indevidamente períodos de exclusividade".

Segundo elas, a ampliação artificial de vigências patentárias compromete também o ecossistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. "Universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), que desenvolvem tecnologias estratégicas em saúde, dependem de um ambiente regulatório equilibrado para viabilizar a transferência de tecnologia e ampliar o acesso público aos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos".

Por isso, as entidades solicitam a rejeição dos dispositivos de extensão de patentes do PLP 32/2026, considerando os impactos apontados ao longo desta manifestação, de forma a preservar a segurança jurídica, a previsibilidade regulatória e o acesso da população a produtos e tecnologias essenciais.

Veja a nota em PDF.

Jornal da Ciência

Entenda a polêmica em torno do PL que amplia prazo de patentes no Brasil



Entidades ligadas à indústria farmacêutica brasileira e ao agronegócio alertam que projeto pode fortalecer monopólios de grandes empresas

Entidades ligadas à indústria farmacêutica nacional, à pesquisa científica e ao agronegócio criticam em parte o Projeto de Lei Complementar (PLP) que prevê mecanismos de compensação para atraso na análise de patentes, alegando que a iniciativa pode ampliar o monopólio de grandes empresas multinacionais sobre patentes brasileiras.

O PLP nº 32/2026 foi apresentado com o argumento de fortalecer a soberania tecnológica, o desenvolvimento econômico e evitar prejuízos causados pela demora do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** na **concessão de patentes**.

No entanto, para diversas entidades ligadas à indústria farmacêutica nacional, como o Grupo Farma-Brasil, a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a proposta beneficiaria empresas estrangeiras e multinacionais farmacêuticas.

Patentes no Brasil

Atualmente, as **Patentes** de Invenção (PI) têm a validade de 20 anos, contados a partir da data de solicitação ao **INPI**.

O projeto de lei alega que a demora do órgão na análise dos pedidos prejudica o titular da patente, e prevê, entre outras medidas, estender o tempo válido da patente quando houver demora excessiva do **INPI** por causa de burocracia estatal, além da

criação de uma proteção orçamentária para impedir que recursos destinados à proteção de patentes sejam alvo de cortes ou de contingenciamentos.

O tema ficou em alta após o caso da perda de patente internacional da polilaminina, pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo a pesquisadora Tatiana Sampaio, a perda aconteceu pela falta de recursos do governo destinados à universidade.

Entidades criticam

As entidades argumentam que uma aprovação do projeto pode atrasar remédios genéricos e biossimilares, manter medicamentos caros por mais tempo e colocar o lucro privado acima do direito à saúde e do interesse público.

As organizações defendem que não há um "vazio legal" pela demora do **INPI**, e citam um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional o artigo 40º da Lei de Patentes.

O dispositivo permitia estender a exclusividade de uma invenção caso o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** demorasse para analisar o pedido.

"O documento pede que o Congresso Nacional rejeite dispositivos de extensão de **patentes** por entender que a ampliação desses prazos pode criar barreiras à concorrência, elevar custos e reduzir a previsibilidade necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do país. Para as entidades, o fortalecimento do sistema de **propriedade intelectual** deve ocorrer por meio de investimentos na modernização do **INPI**", complementa um comunicado dos manifestos, assinado por mais de 25 entidades.

Posso usar música no Instagram? O que diz o direito autoral



Posso usar música no Instagram? O que diz o direito autoral Marcello Ávila Nascimento Usar música, sticker ou personagem em vídeo sem autorização pode gerar processos e perda de canal. Entenda o que a lei brasileira realmente permite, e o que não permite. quarta-feira, 20 de maio de 2026

Atualizado às 14:38

A pergunta é cotidiana e legítima: afinal, posso colocar alguns segundos de uma música famosa no meu reel, no meu story ou no meu vídeo do TikTok sem pedir autorização ao autor? A resposta honesta, e juridicamente precisa, é: depende. Depende de quem você é, do que você publica, para qual finalidade, em qual plataforma e de como o conteúdo é monetizado.

Esse "depende" pode frustrar quem busca uma régua simples. Mas é justamente a ausência dessa régua na lei brasileira que torna o tema tão relevante e tão arriscado para criadores de conteúdo, empresas e influenciadores digitais. Este artigo busca oferecer um mapa claro desse terreno.

O ponto de partida: a regra é a autorização

O art. 29 da lei 9.610/98 (LDA - lei de direitos autorais) estabelece que qualquer utilização de obra musical depende de prévia e expressa autorização do autor ou titular dos direitos. Isso inclui:

A reprodução, total ou parcial;

A distribuição;

A comunicação ao público, inclusive por meios digitais;

A sincronização em obra audiovisual.

Esse último ponto é especialmente relevante para os vídeos nas redes sociais: ao inserir uma música em um vídeo, mesmo que por apenas 15 segundos, o criador está realizando uma sincronização, modalidade de uso expressamente sujeita à autorização prévia nos termos do art. 29, VIII, da LDA.

Para Carlos Alberto Bittar (Direito de Autor), a autorização para uso de obra musical deve ser interpretada restritivamente: o que não foi expressamente autorizado deve ser considerado proibido. Trata-se de um dos pilares do sistema autoral brasileiro, que parte da proteção ampla para restringir apenas o que a lei expressamente delimita como exceção.

A exceção: O "pequeno trecho" do Art. 46, VIII

A LDA prevê, em seu art. 46, VIII, que não constitui ofensa aos direitos autorais:

"a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza (...) sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores."

É aqui que a discussão começa, sendo esse o ponto em que reside o maior equívoco popular. Muitos criadores de conteúdo acreditam que "alguns segundos" de música equivalem automaticamente a um "pequeno trecho" e, portanto, estão livres de qualquer restrição. Essa interpretação é tecnicamente incorreta por três razões.

1. A lei não define "pequeno trecho"

A LDA simplesmente não oferece uma definição numérica ou proporcional do que seja "pequeno trecho". Não há referência a segundos, compassos, porcentagens ou qualquer outro parâmetro objetivo. Rebeca dos Santos Garcia (Plágio no Direito Autoral, Lumen Juris, 2023) observa que a análise do

"pequeno trecho" exige necessariamente um exame qualitativo: não basta que a fração reproduzida seja curta em termos absolutos; é preciso verificar qual o peso daquele trecho dentro da obra original e qual o papel que ele desempenha na obra nova.

Nesse sentido, Décio Valente (O Plágio, 1986) alerta que a extensão quantitativa pode ser inversamente proporcional ao impacto jurídico: a reprodução do refrão mais reconhecível de uma canção, ainda que por apenas oito segundos, pode ser muito mais relevante do que a reprodução de trinta segundos de uma passagem instrumental genérica.

2. A reprodução não pode ser o objetivo principal da obra nova

O segundo requisito legal é igualmente decisivo: a reprodução do trecho não pode constituir o objetivo principal do conteúdo. Um vídeo de produto em que a trilha sonora é o elemento central de atração do conteúdo, a exemplo do que ocorre em vídeos de moda, culinária ou lifestyle em que a música define o clima e o engajamento, dificilmente atende a esse requisito. A música, nesses casos, não é acessória; ela é parte essencial da experiência que o criador está oferecendo ao público.

3. O uso não pode prejudicar a exploração normal da obra

O terceiro requisito, ausência de prejuízo à exploração normal da obra, tem ganhado relevância crescente no ambiente digital. Plataformas como Spotify, Apple Music e YouTube remuneram autores e titulares por cada reprodução de suas obras. Quando um vídeo viral no Instagram ou no TikTok utiliza uma música sem licença e obtém milhões de visualizações, pode-se argumentar que esse uso substitui ou diminui o valor de mercado da obra original, afetando sua exploração econômica legítima.

José de Oliveira Ascensão (Direito Autoral, Renovar, 1997) chama atenção para o chamado teste dos três passos, oriundo da Convenção de Berna (art. 9º, 2) e adotado implicitamente pelo sistema brasileiro: toda limitação ao direito autoral deve ser analisada cumulativamente sob esses três critérios. A falha em qualquer um deles afasta a licitude do uso.

O problema específico das plataformas digitais: Licenciamento x Autorização do autor

Este é o ponto que mais gera confusão, gerando também a mais perigosa falsa sensação de segurança.

O Instagram (Meta), o TikTok e o YouTube possuem acordos de licenciamento com as principais gravadoras e distribuidoras musicais (Universal Music Group, Sony Music, Warner Music Group e distribuidoras independentes como DistroKid e TuneCore). Esses acordos permitem que músicas do catálogo licenciado sejam usadas em conteúdos publicados dentro dessas plataformas, sem que o usuário precise buscar autorização individual.

O que esses acordos cobrem:

Publicações pessoais e orgânicas, dentro da plataforma, para conteúdo não comercial ou marginalmente comercial.

A reprodução no ambiente da própria plataforma, sujeita às ferramentas de identificação automática (Content ID no YouTube; sistemas similares no Instagram e TikTok).

O que esses acordos NÃO cobrem:

Conteúdo patrocinado ou publicidade paga (branded content), mesmo que publicado dentro da plataforma. Para esses casos, o Meta exige licenciamento separado ou uso do catálogo específico de músicas comerciais.

Exportação do vídeo para uso fora da plataforma (envio por e-mail, publicação em site próprio, apresentação em evento, veiculação em mídia externa).

Uso em materiais impressos ou outros suportes físicos.

Conteúdo que ultrapasse as diretrizes de uso comercial definidas pela plataforma.

Em resumo: a permissividade técnica da plataforma, isto é, o fato de o sistema "deixar você publicar" com determinada música, não equivale à autorização jurídica do autor ou do titular dos direitos. São planos distintos.

Hermano Duval (Violações dos Direitos Autorais, Borsoi, 1968), ainda que em contexto analógico, já advertia que a ausência de mecanismo de bloqueio não configura autorização tácita do autor. O silêncio do sistema não é o silêncio do direito.

O YouTube, o Content ID e os Takedowns por DMCA

O YouTube merece atenção destacada por ser a plataforma com o sistema de gestão de direitos autorais mais sofisticado e mais litigioso do setor, e por

ter influenciado diretamente os mecanismos adotados pelo Instagram e pelo TikTok.

O Content ID é um sistema automatizado de reconhecimento digital de obras (fingerprinting) que identifica, em tempo real, a presença de conteúdo protegido em vídeos publicados na plataforma. Quando o titular da obra está cadastrado no sistema, ele pode escolher entre três ações: bloquear o vídeo, monetizá-lo em seu favor (capturando a receita publicitária gerada pelo canal do criador) ou simplesmente rastrear as métricas de visualização.

Aqui reside um equívoco muito comum: quando o YouTube "permite" que um vídeo com música protegida permaneça no ar e o monetiza em favor do titular, o criador tende a interpretar essa situação como uma espécie de autorização implícita. Não é. O que ocorre é uma gestão técnica de royalties, operada pela plataforma com base nos acordos de licenciamento que ela mantém com as gravadoras. O uso continua sendo não autorizado do ponto de vista do Direito Autoral brasileiro; a monetização revertida ao titular é apenas uma forma de compensação operacional unilateral, não uma cessão de direitos ao criador. Caso o titular decida acionar judicialmente o criador, a circunstância de o YouTube ter monetizado o vídeo em seu favor não exclui a responsabilidade civil do infrator.

O DMCA Takedown (notificação de remoção fundada no Digital Millennium Copyright Act norte-americano) é o mecanismo pelo qual titulares de direitos solicitam formalmente ao YouTube a remoção de conteúdo que consideram violador. Embora seja uma lei americana, ela se aplica globalmente por força dos Termos de Serviço do YouTube. O criador brasileiro que recebe um takedown está sujeito ao sistema de advertências da plataforma: três strikes resultam no encerramento permanente do canal e na perda de todo o conteúdo e base de inscritos acumulados.

O criador pode contestar o takedown por meio de contranotificação, declarando que seu uso é lícito. Nesse ponto, surge um risco jurídico grave e pouco conhecido: ao enviar uma contranotificação, o criador assume, sob pena de responsabilização por declaração falsa (perjury), que acredita de boa-fé que o conteúdo foi removido por engano ou identificação incorreta. Se o titular insistir na remoção, o YouTube pode retirar definitivamente o conteúdo e o titular pode ingressar com ação judicial diretamente contra o criador, inclusive perante tribunais

americanos, já que o criador submeteu declaração no âmbito de um sistema jurídico estrangeiro.

Do ponto de vista do direito brasileiro, a responsabilidade do YouTube por violações de direitos autorais praticadas por seus usuários foi analisada pelo STJ no REsp 1.512.647/MG (rel. min. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção), em que a Corte examinou as responsabilidades contributiva e vicária do provedor de aplicação. O STJ firmou o entendimento de que o provedor não responde diretamente pelos ilícitos autorais praticados por terceiros, salvo quando a estrutura da plataforma tiver induzido ou encorajado a infração (responsabilidade contributiva) ou quando o provedor se recusar a controlar danos de ilícitos dos quais se beneficia economicamente (responsabilidade vicária). Em complemento, a 3ª turma do STJ reconheceu que o YouTube pode, por iniciativa própria, remover conteúdo que viole seus termos de uso, independentemente de ordem judicial, exercendo o que o min. Ricardo Villas Bôas Cueva denominou de "autorregulação regulada": autorregulação ao observar suas próprias diretrizes, regulada pelo Poder Judiciário nos casos de excessos.

O que esses precedentes revelam, na prática, é que o criador de conteúdo brasileiro que usa música protegida sem autorização fica exposto em duas frentes simultâneas: na plataforma, pelo risco de remoção, demonetização e strikes; e no plano jurídico, pela responsabilidade civil perante o titular dos direitos, que subsiste independentemente de qualquer decisão da plataforma.

A linha divisória mais importante: Uso pessoal vs. uso comercial

A distinção que, na prática, mais delimita o risco jurídico é a natureza do uso: pessoal/não comercial ou comercial/publicitário.

Uso pessoal ou não comercial

Um vídeo postado por uma pessoa física, sem monetização, sem parceria paga, sem vínculo com marca ou produto, e que utiliza música apenas como elemento de fundo, esse é o perfil de uso mais próximo da zona de tolerância, tanto pelos acordos de plataforma quanto pela interpretação mais liberal do art. 46, VIII da LDA.

Uso comercial: A zona de risco

O cenário muda radicalmente quando o criador de conteúdo é uma empresa, um influenciador remune-

rado ou quando o vídeo tem natureza publicitária. O STJ, ao julgar o REsp 150.467/RJ (rel. min. Eduardo Ribeiro, 3ª turma, 1997), consolidou o entendimento de que a utilização de obra musical em público ou para fins comerciais deve "sempre e necessariamente ser antecedida da expressa autorização do autor", e que o ressarcimento devido ao autor em caso de uso indevido há de superar o que seria normalmente cobrado pela publicação consentida.

Esse entendimento foi reafirmado em diversas oportunidades pela Corte. No julgamento do REsp 1.217.567/SP (rel. min. Luis Felipe Salomão, 4ª turma, j. 7 maio 2013), o STJ fixou que a reprodução de trecho musical em periódico com fins comerciais, sem autorização do titular, não se enquadra no permissivo do art. 46, VIII da LDA: a exploração comercial da obra é direito exclusivo do autor, e o uso não autorizado configura ato ilícito passível de reparação por danos materiais e morais. A indenização, nos termos da LDA (art. 103), não pode ser inferior ao valor que o autor receberia se a utilização tivesse sido devidamente autorizada.

A distinção entre uso pessoal e comercial é também o epicentro do debate sobre influenciadores digitais. Um influenciador que publica conteúdo patrocinado, ainda que não identifique expressamente o patrocínio no vídeo, está realizando uso comercial da música que embala aquele conteúdo. O fato de o vídeo parecer "orgânico" não altera sua natureza jurídica.

O que diz a jurisprudência: Parâmetros em construção

O STJ ainda não consolidou jurisprudência específica sobre uso de música em plataformas como Instagram e TikTok, o que é, em si, um dado relevante: significa que estamos diante de um campo em formação, cujos contornos serão definidos nos próximos anos, à medida que os litígios chegarem às instâncias superiores.

Os precedentes disponíveis, porém, fornecem balizas úteis.

Sobre o caráter acessório do trecho reproduzido: o TJ/RS, em acórdão que analisou a reprodução de pequeno trecho musical em programa de televisão (apelação cível 5002550-38.2021.8.21.0016), concluiu pela ausência de violação quando o trecho era acessório, não constituía o objetivo principal da

obra nova e não causava prejuízo ao autor. O acórdão está alinhado com os parâmetros do art. 46, VIII da LDA e com a orientação do STJ sobre interpretação restritiva das exceções autorais.

Sobre a finalidade comercial como agravante: o entendimento do STJ no REsp 964.404/ES (rel. min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª turma) é claro ao afirmar que valores como cultura, ciência, liberdade de expressão e desenvolvimento nacional devem ser ponderados na conformação do direito autoral, mas essa ponderação não autoriza o uso comercial não licenciado de obra alheia. A finalidade lucrativa agrava a responsabilidade e impõe o dever de indenizar.

Sobre plataformas digitais e responsabilidade por conteúdo protegido: no REsp 2.057.908/SC (rel. min. Nancy Andrighi, 3ª turma), o STJ firmou que a exposição ou venda de obra protegida em plataforma digital sem autorização do titular é ato manifestamente ilícito, que impõe remoção imediata independentemente de ordem judicial específica. O precedente é diretamente aplicável ao contexto das redes sociais: a mera disponibilização de conteúdo musical não autorizado em ambiente digital já configura infração, cabendo ao titular exigir sua retirada e reparação dos danos.

Quadro resumo: Posso ou não posso?

Perfil do Criador

Tipo de Uso

Música via Catálogo da Plataforma

Música Fora do Catálogo

Recomendação

Pessoa física

Pessoal, sem monetização

Tolerado pela plataforma

Risco jurídico

Usar catálogo da plataforma

Pessoa física

Com monetização (AdSense, badges)

Sujeito a bloqueio/demonetização

Alto risco

Verificar licença da música

Influenciador

Conteúdo patrocinado (branded content)

Não coberto pelos acordos gerais

Alto risco

Licença obrigatória

Empresa/marca

Qualquer vídeo publicitário

Não coberto pelos acordos gerais

Alto risco

Licença obrigatória

Empresa/marca

Vídeo fora da plataforma

Não coberto

Alto risco

Licença obrigatória

A mesma lógica vale para stickers, personagens, animações e elementos visuais

O que foi dito sobre música aplica-se, com igual rigor, a todos os demais elementos protegidos por direito autoral que habitam o cotidiano das redes sociais: stickers, GIFs animados, personagens de filmes, séries e cartoons, avatares de games, ilustrações, fotografias e trilhas sonoras de obras audiovisuais. Todos são obras intelectuais protegidas pela lei 9.610/1998 (art. 7º, incisos IV, VII e VIII), e seu uso sem autorização expressa do titular configura ilícito autoral, independentemente da finalidade, da escala ou da plataforma.

A prática é disseminada: vídeos de produtos decorados com o Mickey, Reels com o personagem de um game popular ao fundo, Stories com GIFs de séries da Netflix, posts com stickers de personagens da Disney. A sensação de que "todo mundo faz" gera uma perigosa falsa percepção de licitude. O direito autoral brasileiro é categórico: a prática reiterada de um ilícito não o converte em lícito. A tolerância do titular, quando ocorre, é uma estratégia comercial ou de enforcement, não uma renúncia ao direito.

O TJ/SP já condenou artesã que produzia enfeites de festa com os personagens Peppa Pig e PJ Masks, ainda que em pequena escala e com fins de complementação de renda familiar, reconhecendo que a reprodução e comercialização indevida dos personagens constituem ofensa à integridade material, re-

putação e prestígio das marcas, independentemente do porte da operação comercial.

No universo dos games, o STJ já reconheceu expressamente que o uso indevido de imagem em jogos eletrônicos configura violação continuada, renovando-se o ato ilícito e o prazo prescricional a cada nova publicação não autorizada, princípio que se estende, por analogia, à reiteração do uso de personagens protegidos em conteúdo digital nas redes sociais.

A distinção fundamental a ter em mente é entre uso pessoal e não comercial (hipótese de menor risco, ainda que não isenta) e uso com qualquer finalidade comercial ou publicitária, que atrai responsabilização civil plena, incluindo o dano moral *in re ipsa*: o dano moral por uso indevido decorre da mera comprovação da prática de conduta ilícita, revelando-se desnecessária a demonstração de prejuízos concretos, conforme jurisprudência consolidada do STJ (AREsp: 2.011.551 RS, AREsp: 2.581.044).

Em síntese: antes de usar qualquer elemento visual ou sonoro de terceiros em conteúdo destinado a redes sociais, a verificação da origem e do licenciamento desse elemento é obrigatória. A pergunta correta não é "todo mundo usa, então posso?", mas sim "tenho autorização do titular para este uso específico?".

Cuidados práticos para criadores de conteúdo

1. Use o catálogo licenciado da plataforma. O Instagram, o TikTok e o YouTube disponibilizam bibliotecas de músicas licenciadas para uso em conteúdo. Para uso pessoal não comercial, é a opção mais segura.

2. Para conteúdo comercial, obtenha licença. Plataformas como Musicbed, Artlist, Epidemic Sound e Soundstripe oferecem licenças para uso comercial em redes sociais. O custo é acessível e elimina o risco jurídico.

3. Não confunda "o sistema deixou publicar" com "está autorizado". O Content ID e os sistemas equivalentes são ferramentas de gestão de royalties, não de autorização jurídica. Seu vídeo pode ser publicado hoje e removido, monetizado pelo titular ou alvo de ação judicial amanhã.

4. Atenção ao uso fora da plataforma. Se você vai usar o vídeo em apresentação comercial, site, e-mail marketing ou qualquer suporte fora do Instagram ou TikTok, os acordos de licenciamento das

plataformas não se aplicam. Licença separada é necessária.

5. Para influenciadores: verifique o contrato com a marca. Muitos contratos de branded content preveem que o influenciador é responsável por garantir que todo o conteúdo, inclusive a trilha sonora, esteja devidamente licenciado. A responsabilidade pode ser inteiramente sua.

José Carlos da Costa Netto (Direito de Autor no Brasil, FTD, 2008) lembra que a ignorância da lei não exclui a responsabilidade civil: o criador que utiliza obra alheia sem autorização responde pelos danos independentemente de ter conhecimento da proteção autoral incidente sobre aquela obra.

Considerações finais: A pergunta tem resposta, mas exige contexto

"Posso usar alguns segundos de música sem autorização?" A resposta estruturada é:

Se você é pessoa física, o uso é pessoal, a música está no catálogo licenciado da plataforma e o vídeo não tem finalidade comercial? O risco é baixo, embora não zero do ponto de vista estritamente legal.

Se você é empresa, influenciador com patrocínio, ou o vídeo tem qualquer natureza publicitária? a resposta é não, sem a licença adequada. O uso de "apenas alguns segundos" não afasta a responsabilidade: a LDA não prevê um limiar temporal mínimo de tolerância, e a jurisprudência do STJ é firme na exigência de autorização para uso comercial de obra musical.

O debate sobre o que constitui "pequeno trecho" é real e ainda em construção no direito brasileiro. Mas ele ocorre dentro da exceção do art. 46, VIII, e essa exceção tem requisitos que vão muito além da duração do trecho. Quem ignora esses requisitos por acreditar na desculpa dos "poucos segundos" pode se ver diante de uma responsabilização civil significativa.

Em caso de dúvida, a orientação de um advogado especializado em Direito Autoral, antes da publicação, é sempre a alternativa mais segura, e mais econômica, do que o litígio depois.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp: 2011551 RS 2021/0342435-2, Relator.: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 15/05/2023, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/05/2023

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. AREsp: 2581044, Relator.: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: 23/08/2024.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.217.567/SP Rel. Min. Luis Felipe Salomão. 4ª Turma, j. 7 maio 2013. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23367214/recurso-especial-resp-1217567-sp-2010-0185114-4-stj>. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.512.647/MG (2013/0162883-2). Direito civil e processual civil. Violação de direitos autorais. Rede social. Responsabilidade civil do provedor. Responsabilidades contributiva e vicária. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. 2ª Seção. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/235908424/re>

ABREU, Edman Ayres de. O plágio em música. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

curso-especial-resp-1512647-mg-2013-0162883-2.
Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 150.467/RJ. Rel. Min. Eduardo Ribeiro. 3ª Turma, j. 11 nov. 1997. DJ 24 ago. 1998.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 2.057.908. Direito autoral. Plataforma digital. Exposição de obra protegida sem autorização. Ato ilícito. Remoção imediata. Desnecessidade de ordem judicial específica. Rel. Min. Nancy Andrighi. 3ª Turma. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/2549065147>. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 964.404/ES. Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 15/03/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/05/2011.

CONVENÇÃO DE BERNA para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. Ato de Paris, 24 jul. 1971. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 75.699, de 6 mai. 1975.

COSTA NETTO, José Carlos da. Direito de autor no Brasil. 2. ed. São Paulo: FTD, 2008.

DUVAL, Hermano. Violações dos direitos autorais. Rio de Janeiro: Borsoi, 1968.

GARCIA, Rebeca dos Santos. Plágio no direito autoral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

SITE OFICIAL do escritório ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA. Disponível em: www.avilanascimento.adv.br

<https://avilanascimento.adv.br/#informativos>.

Acesso em 2026.

VALENTE, Décio. O plágio. São Paulo: Livraria Farah, 1986.

Marcello Ávila Nascimento Sócio ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA | +29 anos **INPI** | + 22 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia | Pós Prop Industrial-UERJ | Mestrado Prop Intelectual-**INPI** | Pós Proc Civil-PUC | Pós Saúde-Verbo.

CIDE-Tecnologia e os Direitos Autorais: O drama tributário do setor



CIDE-Tecnologia e os Direitos Autorais: O drama tributário do setor cultural Tiago Carneiro O STF validou a CIDE sobre direitos autorais sem debater o tema, em prejuízo do setor cultural brasileiro. O que ainda pode mudar no julgamento do Tema 914? quarta-feira, 20 de maio de 2026

Atualizado às 11:37

O julgamento do RE 928.943, paradigma do Tema 914 da Repercussão Geral, produziu tese vinculante que extrapola os limites fáticos e jurídicos do caso submetido à apreciação do STF. O resultado, uma declaração ampla de constitucionalidade da CIDE--Tecnologia, sem distinção entre remessas por exploração de tecnologia e remessas por direitos autorais, impõe ao setor de mídia e comunicação ônus tributário desproporcional, incompatível com a finalidade constitucional da contribuição e com a estrutura normativa da lei 10.168/2000.

A tentativa das entidades representativas do setor de corrigir esse desvio, por meio de Embargos de Declaração opostos na qualidade de amici curiae, foi obstada por questão processual: o Plenário, por maioria, não conheceu dos Segundos embargos de declaração. O voto divergente do ministro Luiz Fux, que votou pelo conhecimento e provimento com efeitos modificativos, e a ressalva explícita do ministro Dias Toffoli preservam, contudo, a discussão de mérito para o julgamento dos Embargos de

Declaração opostos pela própria Scania, ainda pendentes de pauta.

O caso paradigma e a amplitude da tese

A Scania Latin América Ltda. impetrou mandado de segurança visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas realizadas à sua matriz sueca, decorrentes de contratos de transferência de tecnologia. A controvérsia original circunscrevia-se à existência de ação interventiva do Estado suficiente para legitimar a cobrança no contexto de contratos tecnológicos.

No julgamento de agosto de 2025, formou-se corrente majoritária de 6 a 5, com o ministro Flávio Dino como relator para o acórdão, que validou a CIDE em termos amplos, abrangendo a expressão "royalties, a qualquer título" introduzida pelo art. 2º, § 2º, da lei 10.332/01. A tese fixada diferencia royalties de contratos de exploração de tecnologia e royalties de contratos de direitos autorais e declara constitucionais, indistintamente, todas as hipóteses de incidência previstas na legislação, sem ressaltar remessas realizadas por editoras, emissoras, jornais ou produtoras audiovisuais para licenciamento de obras intelectuais estrangeiras.

A corrente minoritária, liderada pelo ministro Luiz Fux e parcialmente acompanhada pelo ministro Nunes Marques, votou pela inconstitucionalidade da CIDE nas hipóteses que não envolvessem exploração de tecnologia, incluindo, expressamente, a remuneração de direitos autorais

O impacto sobre o setor cultural

A lei 10.168/2000 institui a CIDE com finalidade constitucional definida: financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Trata-se de contribuição de intervenção no domínio econômico com destinação vinculada, cujo fundamento de validade pressupõe nexos entre os contribuintes, o fato gerador e a finalidade da atuação estatal custeada pela arrecadação.

Empresas do setor editorial, jornalístico, de radiodifusão e audiovisual que adquirem licenças de obras

estrangeiras não importam tecnologia. Realizam negócios jurídicos cujo objeto é a exploração de obras intelectuais protegidas pelo regime dos direitos autorais, domínio materialmente distinto da **propriedade industrial** e do desenvolvimento tecnológico que a CIDE pretende fomentar.

A tributação dessas operações pela CIDE gera, ademais, superposição com a CONDECINE - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, incidente sobre remessas ao exterior por exploração de obras audiovisuais. O resultado concreto, para esse segmento específico, é a incidência cumulativa de CONDECINE (11%), CIDE-Tecnologia (10%) e IRRF (15%), totalizando carga tributária de 36% sobre a mesma operação econômica, com sobreposição de duas contribuições de intervenção no domínio econômico sobre operações que apenas uma delas tem aptidão para alcançar.

A consequência prática é o encarecimento do acesso a conteúdo cultural, informativo e educacional estrangeiro, onerando as empresas nacionais responsáveis pela intermediação e distribuição desse conteúdo, sem qualquer relação com a finalidade de estímulo ao desenvolvimento tecnológico que deveria qualificar a exação como CIDE legítima.

Os embargos das entidades e o obstáculo processual

Diante do escopo ampliado da tese, a ABTA - Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, a ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ANJ - Associação Nacional de Jornais e o SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros requereram ingresso no feito como amici curiae e opuseram Embargos de Declaração ao acórdão do Plenário, apontando omissões e contradições relacionadas à incidência do tributo sobre direitos autorais.

O pedido de ingresso foi formulado em outubro de 2025, após o julgamento do mérito realizado em agosto. A jurisprudência consolidada do STF estabelece que o amicus curiae somente pode requerer seu ingresso até a data em que o relator libera o processo para pauta (ADIn 4.071-AgR, relator ministro Menezes Direito; ACO 779-AgR-2º, relator ministro Dias Toffoli; RE 593.849-AgR, relator ministro Edson Fachin). Aplicando essa regra, o ministro Flávio Dino não conheceu dos embargos, reconhe-

cendo a intempestividade do pedido de ingresso.

As entidades sustentavam que a discussão sobre a incidência da CIDE sobre direitos autorais surgiu apenas no curso do julgamento do recurso extraordinário, materialidade que não integrava a causa de pedir da Scania, restrita aos contratos de transferência de tecnologia. Essa excepcionalidade, na visão das embargantes, justificaria a flexibilização da regra, nos termos de precedentes como a ADIn 4.395 (relator ministro Gilmar Mendes) e a ADIn 7.600-ED (relator ministro Dias Toffoli, DJe 25/2/26).



Tiago Carneiro title=

A divergência do ministro Fux

O ministro Luiz Fux, após pedido de vista, apresentou voto divergindo do relator em todos os pontos. Votou pelo deferimento do ingresso das entidades como amici curiae, pelo conhecimento dos Embargos de Declaração e pelo seu provimento com efeitos modificativos.

Quanto ao ingresso como amici curiae, o ministro identificou excepcionalidade concreta: a controvérsia sobre direitos autorais emergiu apenas no julgamento plenário do mérito, sem ter integrado o horizonte do processo quando da liberação para pauta. As entidades, por representarem segmento econômico afetado exclusivamente a partir da extensão dada à tese, não teriam podido antecipar a necessidade de intervenção.

No mérito, o voto reiterou e aprofundou a posição sustentada no julgamento do leading case. O argumento central é o da referibilidade entre o fato gerador e o campo de atuação estatal que legitima a

CIDE: os contribuintes da contribuição de intervenção no domínio econômico devem guardar relação com o setor objeto da intervenção, não necessariamente como beneficiários diretos da atuação estatal, mas como agentes cujas atividades motivam ou produzem reflexos no campo delimitado para a intervenção (RE 630.898, Tema 495/RG, relator ministro Dias Toffoli).

Na lógica da CIDE-Tecnologia, são as empresas importadoras de tecnologia estrangeira que motivam a intervenção do Estado no desenvolvimento tecnológico nacional: sua dependência de tecnologia externa é o fato que justifica o dispêndio estatal com o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa. Quem remete ao exterior valores por direitos autorais, obras literárias, jornalísticas ou audiovisuais, não pratica esse fato, não motiva essa intervenção e, portanto, situa-se fora do universo de contribuintes constitucionalmente possível da CIDE.

O ministro apontou, ainda, incoerência sistemática na norma: o caput do art. 2º da lei 10.168/2000 delimita os contribuintes como pessoas jurídicas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos e signatárias de contratos de transferência de tecnologia. O § 2º, introduzido pela lei 10.332/01, amplia esse universo para abranger pagadores de "royalties, a qualquer título", extrapolando o objeto e o escopo do caput, sem que a cabeça do artigo tenha sido reformulada para comportar essa extensão. Tal desalinhamento reforça, na visão do ministro, a necessidade de declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, expurgando a interpretação que viabiliza a cobrança em hipóteses alheias à exploração de tecnologia.

A proposta de tese reformulada exclui expressamente do campo material da contribuição "as remessas de valores a título diverso da remuneração pela exploração de tecnologia estrangeira, tais quais as correspondentes à remuneração de direitos autorais e de serviços alheios a contratos que tenham por objeto a exploração de tecnologia".

O voto do ministro Toffoli e a perspectiva dos embargos da Scania

O ministro Dias Toffoli acompanhou o relator quanto ao não conhecimento dos segundos EDs, mas acrescentou ressalva de relevância processual. Registrou que os Embargos de Declaração opostos

pela própria Scania Latin América Ltda. contra o acórdão do Tribunal Pleno, ainda pendentes de julgamento, suscitam questões amplas que abrangem o pleito das entidades embargantes. Concluiu, expressamente, que o não conhecimento dos presentes embargos se dá "sem prejuízo da análise das questões suscitadas (que abrangem o pleito das ora embargantes) nos embargos de declaração opostos pela parte contribuinte contra o acórdão do Tribunal Pleno, a serem oportunamente pautados para julgamento".

A ressalva encontra respaldo direto no conteúdo dos Embargos de Declaração da Scania, protocolados tempestivamente em outubro de 2025, que dedicam tópico específico à omissão e obscuridade decorrentes da extrapolação da repercussão geral para além do caso concreto. A peça aponta que a tese fixada projeta efeitos sobre setores alheios ao tecnológico, citando expressamente os setores editorial e audiovisual, sem que o acórdão tenha enfrentado questões constitucionais específicas a essas situações, como a imunidade dos livros (art. 150, VI, "d", da CF) e a liberdade de expressão e circulação de ideias (arts. 5º, IX, e 220, da CF). A Scania aponta, ainda, a sobreposição com a CONDECINE sobre as mesmas operações audiovisuais, resultado que qualifica como incompatível com a racionalidade do sistema. Entre os pedidos formulados, consta expressamente a restrição da primeira tese fixada para que a hipótese de incidência da CIDE não alcance contratos sem transferência ou fornecimento de tecnologia estrangeira, "como remessas a título de direitos autorais e direitos para transmissão de obras audiovisuais".

Há, portanto, identidade substancial entre o pleito das entidades e o conteúdo dos Embargos da Scania. A Scania é parte no processo, com legitimidade recursal plena, e seus embargos tratam diretamente das materialidades que as entidades buscavam ver apreciadas.

O julgamento dos embargos da Scania será, portanto, a próxima e decisiva oportunidade para que o STF enfrente, em definitivo, o alcance da tese fixada no Tema 914. A depender da composição do Plenário e da repercussão do voto do ministro Fux sobre os demais julgadores, há espaço processual concreto para que a Corte reveja a extensão da declaração de constitucionalidade, excluindo do campo de incidência da CIDE as remessas por direitos autorais.

Considerações finais

O julgamento do Tema 914 fixou tese vinculante de alcance que não corresponde ao contexto fático submetido à apreciação do STF. A validação irrestrita da incidência da CIDE sobre remessas por direitos autorais desconsidera a distinção material entre contratos de exploração de tecnologia e contratos de licenciamento de obras intelectuais, impõe ao setor de comunicação e cultura carga tributária cumulativa desproporcional e desvirtua a natureza constitucional da contribuição de intervenção, transformando-a em instrumento de arrecadação desvinculado da finalidade interventiva que lhe confere fundamento.

O voto do ministro Fux, minoritário nesta etapa, consolidou fundamentação técnica robusta para a revisão da tese. A ressalva do ministro Toffoli deixou aberta, de forma expressa, a porta para que os Embargos da Scania constituam a via adequada para esse enfrentamento.

O setor editorial, jornalístico e audiovisual aguarda esse julgamento. A sustentabilidade econômica de empresas que desempenham função informativa, cultural e democrática não pode ser sacrificada por uma extensão tributária sem lastro constitucional.

Tiago Carneiro Sócio do Lacerda Gama Advogados. Diretor de PESquisa do Instituto de Aplicação do Tributo. Doutorando (PUC-SP) e Mestre em Direito Tributário (USP).

STF pauta recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big techs



Filha de diplomata de Lula, Mariana Tanaka Abdul Hak morreu após ser atropelada no Rio Foto: Reprodução/TV Globo



Ana Clara teve as mãos decepadas pelo ex-cunhado Foto: Reprodução/Globo

O Supremo Tribunal Federal (STF) pautou o julgamento de nove recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. O julgamento será realizado no plenário virtual entre os dias 29 de maio e 9 de junho.

Entre as autoras dos recursos estão o Google e o Facebook. As duas empresas pedem que o Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

A liberação para julgamento dos recursos ocorre no mesmo dia em que o governo editou decreto para alterar a regulamentação do Marco Civil da **Inter-net** (MCI), contemplando a decisão do Supremo. A sentença, porém, ainda não é definitiva porque não transitou em julgado.

No julgamento concluído em junho de 2025, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do MCI que isenta plataformas de responder por danos causados pelas postagens, é parcialmente inconstitucional. A decisão estabelece que o artigo 19 só permanece válido nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação).

Em todos os outros crimes, aplica-se o artigo 21, que prevê a retirada do conteúdo logo após a notificação do usuário. Esse artigo, que prevê exceções ao artigo 19, já é válido em casos de violação a **direitos autorais** e imagens de nudez não autorizada.

iFood processa Keeta e pede indenização de R\$ 1 milhão por concorrência desleal



Aplicativo alega que concorrente aborda funcionários em busca de dados estratégicos; outro lado empresa chinesa nega irregularidade

Felipe Machado Maia e Cristiane Gercina

SÃO PAULO O iFood acusa a Keeta - braço internacional da chinesa Meituan, que chegou ao Brasil no ano passado - de concorrência desleal e pede indenização de R\$ 1 milhão na Justiça. O aplicativo entrou com ação contra a concorrente na terça-feira (19), na 1ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à **Arbitragem** da Capital, em São Paulo.

A alegação é que a Keeta, do maior delivery de comida do mundo, faz abordagens ilícitas a funcionários em busca de informações estratégicas e segredos do negócio. Trata-se de mais um capítulo da chamada guerra do delivery, deflagrada em 2025 com a chegada de novos competidores ao mercado, em especial em São Paulo.

Além da indenização, o iFood pede reconhecimento de que a Meituan e a Keeta praticaram os crimes de concorrência desleal previstos na Lei de **Propriedade Industrial** (LPI), e que deixem de abordar seus funcionários sob pena de multa diária de R\$ 100 mil caso descumpram as medidas.

Em nota, a Keeta nega irregularidades, diz que "opera em conformidade com todos os requisitos locais" e que há investigação em seu favor. "A

empresa reforça que não aborda indivíduos para os fins descritos e destaca, ainda, que não recebeu qualquer notificação."

Fundado em 2011 na cidade de Jundiaí (SP), o iFood é hoje o maior delivery de comida na América Latina, com mais de 65 milhões de clientes, 500 mil estabelecimentos e entregadores parceiros, movimentando cerca de R\$ 8 bilhões por mês.

A Keeta entrou no Brasil em outubro de 2025, com previsão de investimento de R\$ 5,6 bilhões. Braço internacional da Meituan, é líder em número de pedidos de usuários no mundo, atendendo 770 milhões de pessoas por ano, com média de 80 milhões de pedidos por dia.

A Meituan atua na China e, como Keeta, está em Hong Kong, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos (Dubai) e no Brasil.

Além da competição por restaurantes parceiros e clientes, tema alvo de processos no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), há acusações de espionagem, furto de dados, pressão sobre funcionários de concorrentes para obtenção de informações, além de investigação criminal em andamento.



A ação do iFood é um desdobramento de inquérito policial que corre desde o ano passado, quando ex-funcionários da plataforma de delivery foram alvo de busca e apreensão. Um deles, que trabalhou por três anos na empresa até ser desligado em abril de 2025, admitiu ter repassado informações sigilosas à concorrência.

Após ser abordado por uma consultoria chinesa, ele aceitou participar de reuniões virtuais remuneradas. Nelas foram tratados assuntos como o valor total de vendas em cada cidade, taxas cobradas de restaurantes e o funcionamento do iFood Pago (ferramenta financeira para parceiros da companhia). Ele teria recebido R\$ 5.500.

Na Justiça americana, o iFood conseguiu que o aplicativo de reuniões Zoom liberasse informações sobre esses encontros virtuais com a consultoria. No processo, o app anexa dados com informações de que, entre os e-mails de participantes dos encontros, havia sete com o domínio "@meituan.com".

O rastreamento de IPs (protocolos de acesso à internet) indicou que alguns desses e-mails estavam conectados a partir de São Paulo e Barueri, na região metropolitana. Outros eram de fora do país, incluindo a própria China.

A investigação levou cerca de um ano. Segundo informações, ao menos 240 colaboradores teriam sido abordados por cerca de 30 consultorias, a maioria internacional. As ofertas eram para conversas remuneradas, com ofertas que podiam chegar a entre US\$ 400 e US\$ 500 por hora, o que equivale a cerca de R\$ 2.200 a R\$ 2.525 em valores atuais.

Segundo pessoas próximas ao processo, o iFood chegou ao valor de R\$ 1 milhão com base na jurisprudência, que não estabelece valores contra esse tipo de prática, e o montante que a Meituan pretende investir no Brasil.

Essa não é a primeira ação da companhia contra concorrentes. Em dezembro, o iFood passou a

acionar judicialmente ex-executivos que foram trabalhar na rival GG Food, que voltou ao mercado brasileiro no ano passado, sob a suspeita de que dados confidenciais estariam sendo usados em negociações com restaurantes.

A empresa chinesa disse na época que não tolera nem endossa esse tipo de conduta e que suas práticas cumprem todas as leis e regulamentações aplicáveis. Também tem cobrado na Justiça valores de operadores logísticos que já deram calote em entregadores em anos anteriores, fecharam seus negócios e, agora, retomam trabalhos como parceiros das chinesas do delivery.

Enquanto isso, as concorrentes reclamam de práticas do aplicativo líder de mercado que já são alvo do Cade.

Por meio de nota, o iFood afirmou que tomou medidas judiciais e extrajudiciais contra essas práticas de concorrência desleal.

_____ US\$ 500 era o valor oferecido pela Meituan, dona da Keeta, segundo a acusação do iFood, para cada hora de conversa com ao menos 240 colaboradores da companhia de delivery, que teriam sido abordados por consultorias para passar informações sobre assuntos estratégicos do funcionamento da plataforma nacional.

Ricardo Darín faz apelo e lidera campanha para regular IA no cinema: 'Não podem justificar roubo'



A Associação Argentina de Atores e Atrizes alerta para os perigos associados ao uso de imagens, vozes e réplicas digitais

Com o avanço do uso da inteligência artificial, mais setores alertam para os seus riscos. A Associação Argentina de Atores e Atrizes uniu-se ao debate com uma campanha liderada por Ricardo Darín, no qual o astro argentino pergunta em um vídeo: "Oi, você sabe quem eu sou, né? Mas tem certeza de que sou eu?"

Veja também: Diretor de 'Transformers' fará filme sobre resgate de pilotos americanos no Irã, diz site

A iniciativa, composta por uma série de vídeos, que continuarão a ser divulgados nas redes sociais, busca destacar os perigos associados ao uso de imagens, vozes e réplicas digitais que reproduzem identidades e performances sem autorização.

A Associação enfatiza que este é um problema que impacta diretamente os direitos trabalhistas e artísticos do setor e, portanto, apela à conscientização para alertar contra o uso desregulado dessas tecnologias na indústria audiovisual.

Além de Darín, que abre este primeiro vídeo encarecendo diretamente a câmera com uma mensagem que lança dúvidas sobre a autenticidade do que está sendo visto, outras figuras conhecidas participam da campanha. O também ator Gustavo Garzón aprofunda-se no problema e alerta para as possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico:

"Com o avanço da inteligência artificial, alguém poderia ter usado a minha imagem e vocês estariam sendo enganados", adverte o ator.

Em seguida, Diego Gentile se pronuncia, focando no direito à identidade: "Minha imagem é minha; ninguém pode usá-la sem a minha permissão", lembra.



TOPO

Em outro segmento, Marina Bellati destaca a crescente preocupação entre os artistas em relação a essas práticas cada vez mais disseminadas: "Minha imagem, minhas expressões e minha voz são minhas ferramentas como atriz; somente eu posso decidir como elas são usadas".

'Vamos regular o seu uso'

A campanha não visa apenas defender o trabalho dos artistas, mas também conscientizar o público sobre a necessidade de transparência na disseminação de conteúdo criado ou manipulado com inteligência artificial. Por isso, no final do vídeo, Darín volta a falar: "Você tem o direito de saber se um ator é real ou não, se ele realizou aquelas ações ou disse aquelas palavras. Os avanços tecnológicos não podem justificar roubo ou engano", afirma.

Bellati acrescenta que o debate já está acontecendo internacionalmente: "Em todo o mundo, leis e acordos coletivos estão sendo criados para proteger

Continuação: Ricardo Darín faz apelo e lidera campanha para regular IA no cinema: 'Não podem justificar roubo'

nosso trabalho", explica.

E, por fim, Darín encerra o vídeo com uma frase que resume a principal reivindicação da campanha: "Vamos regulamentar o uso da inteligência artificial".

A Associação Argentina de Atores e Atrizes vem trabalhando nessa questão há algum tempo, juntamente com sindicatos e organizações do setor cultural e audiovisual, para promover propostas que protejam os direitos trabalhistas diante do rápido crescimento das ferramentas tecnológicas.

Em poucos minutos, este primeiro vídeo da campanha teve um forte impacto nas redes sociais, e centenas de usuários rapidamente apoiaram a mensagem de Darín e dos outros artistas que participaram da iniciativa. Entre os comentários, havia mensagens como: "Concordo totalmente", "Ótima mensa-

gem", "Legislar e regulamentar. Para que não sejamos roubados ou enganados. Vamos fazer isso! E obrigada por esta mensagem" e "A IA precisa de regulamentação".

Em diversos países ao redor do mundo, especialmente nos Estados Unidos e na indústria de Hollywood, atores e roteiristas já realizaram greves e negociações sobre o uso da inteligência artificial, temendo que estúdios e produtoras utilizem réplicas digitais de artistas sem o seu consentimento ou sem o pagamento dos **direitos autorais** correspondentes.

Patentes viram foco de tensão entre diferentes entidades e deputados



Análises e bastidores exclusivos sobre o mundo dos negócios e das finanças

O debate sobre **propriedade intelectual** ganhou temperatura política. Entidades ligadas à inovação, universidades, indústria farmacêutica, agronegócio e fabricantes de defensivos agrícolas se uniram contra pontos do PLP 32/2026 (projeto de lei complementar) que podem ampliar, na prática, o prazo de vigência de **patentes** no Brasil. O grupo afirma que a proposta ameaça a segurança jurídica e pode abrir espaço para uma espécie de "prorrogação indireta" de exclusividades, justamente em um momento em que o país tenta acelerar inovação e ampliar competitividade.

O movimento chama atenção porque reúne setores que raramente aparecem do mesmo lado em discussões regulatórias. No documento divulgado hoje, as entidades argumentam que as mudanças podem elevar custos para o sistema público de saúde, dificultar a entrada de medicamentos genéricos e aumentar despesas também no mercado privado. Há ainda um alerta político importante: segundo os signatários, o projeto pode contrariar entendimento do Supremo Tribunal Federal, que em 2021 derrubou a extensão automática de patentes ao considerar o mecanismo inconstitucional.

Nos bastidores, o temor é que o Brasil caminhe na contramão de economias que hoje discutem justamente como evitar abusos em estratégias de extensão patentária. As entidades sustentam que o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** já reduziu de forma significativa o atraso na análise de pedidos, o que enfraqueceria o principal argumento usado para justificar mudanças na lei. O recado enviado ao Congresso foi direto: mexer agora nas regras pode favorecer disputas judiciais, ampliar incertezas e encarecer o acesso da população a tecnologias e tratamentos essenciais.

Frescal de São Joaquim conquista Indicação Geográfica



Processo de preparo da carne mantém características artesanais; produção está associada às condições naturais da Serra Catarinense

O frescal - um tipo de carne salgada e dessecada - produzido no município de São Joaquim, em Santa Catarina recebeu oficialmente, do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, a Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência (IP). O reconhecimento nacional foi publicado na Revista da **Propriedade Industrial (RPI)** nesta terça-feira (19/5).

Com o novo registro, o Brasil passa a contar com 172 IGs: 43 Denominações de Origem (DO), sendo 33 nacionais e 10 estrangeiras, e 129 IPs, sendo 128 nacionais e uma estrangeira.

A tradição do frescal está diretamente ligada à história da pecuária no Planalto Catarinense. Desde o século XVIII, tropeiros que conduziam gado do Rio Grande do Sul até Sorocaba, em São Paulo, utiliza-

vam a região como ponto de descanso e engorda dos animais. Nesse contexto, surgiu a prática de salgar a carne para garantir sua conservação durante as longas viagens.

Com o passar do tempo, a técnica foi sendo adaptada e aperfeiçoada pelas famílias locais, dando origem ao frescal de São Joaquim. O nome do produto teria surgido há cerca de 50 anos, após um jornalista provar a carne em uma churrascaria local e afirmar que ela não era charque nem carne fresca, mas sim um "frescal". A expressão acabou popularizando o produto em todo o país.

A notoriedade do frescal também está associada às características naturais da Serra Catarinense. O gado é criado solto e alimentado em pastagens nativas de altitude, em um ambiente de baixas temperaturas. Essas condições contribuem para a maciez e o sabor característicos da carne.

O processo de preparo mantém características artesanais. As peças bovinas são salgadas e curadas ao ar livre ou em ambientes controlados, sempre sem exposição direta ao sol. Diferentemente do charque ou da carne de sol, o frescal passa por um processo de maturação mais curto, de até 48 horas, preservando a maciez, a coloração rosada e a suculência da carne.

O frescal foi o primeiro produto cárneo de Santa Catarina a receber o Selo Arte. Além disso, o município de São Joaquim instituiu oficialmente o "Churrasco de Frescal" como prato típico local, e o produto também foi declarado patrimônio cultural de Santa Catarina.

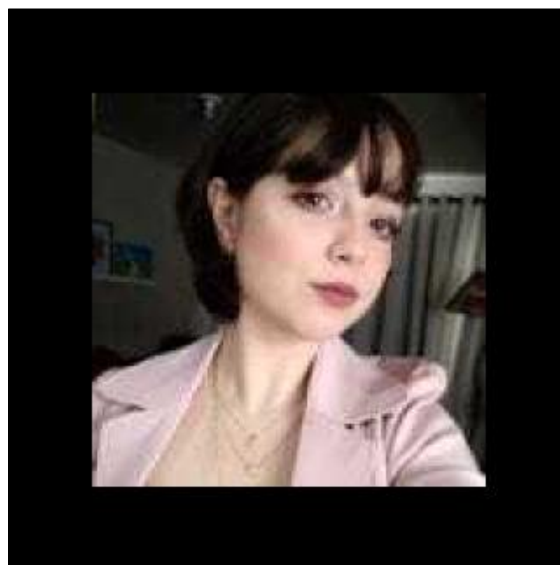
Carne típica de cidade de SC é reconhecido como patrimônio e ganha selo de indicação geográfica



O reconhecimento trouxe a 11ª Indicação Geográfica para Santa Catarina

O foi oficialmente reconhecido como , que agora passa a ter . O reconhecimento da nova IG foi formalizado nesta terça-feira (19), pelo . Esse título reforça a tradição e a identidade dos produtos catarinenses e amplia oportunidades para os produtores.

A Indicação Geográfica está na modalidade, que identifica produtos ou serviços conhecidos por ter origem em uma região específica. A Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sape) foi responsável por emitir o documento que delimita a área geográfica do produto, submetido ao **INPI**. Instituições como Sebrae, Coopernovilhos, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) e Sindicato de São Joaquim apoiaram o processo de reconhecimento.



- A Indicação Geográfica valoriza . A Indicação Geográfica agrega valor aos produtos, abre novos mercados e gera mais renda e oportunidades para os produtores e para toda a cadeia produtiva - destaca o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Admir Dalla Cort.

Santa Catarina agora conta com as IGs: Uva Goethe; Banana de Corupá; Queijo Artesanal Serrano; Vinhos de Altitude; Mel de Melato da Bracatinga; Maçã Fuji de São Joaquim; Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense; Linguíça Blumenau; Cachaça e Aguardente de Luiz Alves; Banana de Luiz Alves e agora o .

O nome "Frescal" surge supostamente por ser um tipo de , carne salgada e seca ao ar livre por vários dias. O hábito de salgar a carne para conservá-la é antigo, datando da época dos tropeiros que percorriam a região sul. As condições climáticas e geográficas da região serrana também contribuem para a qualidade da carne utilizada.

Com o tempo, as famílias da região foram aperfeiçoando a receita até chegarem no Frescal que conhecemos hoje. O preparo ainda possui características artesanais, mesmo quando feito em larga escala, a carne é salgada e curada sem exposição ao sol por no máximo 48h. O Frescal pode ser utilizado em diversas receitas, mas é mais conhecido pelo churrasco, que foi instituído pela Prefeitura de São

Continuação: Carne típica de cidade de SC é reconhecido como patrimônio e ganha selo de indicação geográfica

Joaquim como .

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	15,16
Direitos Autorais	14,17,18
Marco regulatório INPI	2,3,4,5,6,7,8,9,19,20,21,22
Patentes	2,19
Propriedade Industrial	1,2,10,11,12,13,15,16,19,20
Propriedade Intelectual	2,19